



Relatório E Contas 2020

Fundação Centro Social Nossa Senhora do Paço

Largo Do Conde N.4 7350-431 Barbacena

+351 268 662 174

NIF: 500745510

Fundação Centro Social
Nossa Senhora do Paço

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

31 de Dezembro de 2020

Índice

Balanço.....	2
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	<u>7</u>
Anexo	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas	9
3.1. Bases de Apresentação.....	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	16
5. Activos Fixos Tangíveis.....	17
6. Inventários	19
7. Rédito.....	19
8. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
9. Benefícios dos empregados	20
10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	20
11. Outras Informações	21
11.1. Investimentos Financeiros.....	21
11.2. Clientes e Utentes.....	22
11.3. Outras contas a receber	22
11.4. Diferimentos	23
11.5. Caixa e Depósitos Bancários	23
11.6. Fundos Patrimoniais	23
11.7. Fornecedores.....	23
11.8. Estado e Outros Entes Públicos	24
11.9. Outras Contas a Pagar	24
11.10.Fornecimentos e serviços externos	24
11.11.Outros rendimentos e ganhos	25
11.12.Outros gastos e perdas	25
11.13.Resultados Financeiros	26
11.14.Acontecimentos após data de Balanço	26

GL

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		371 682,42	373 005,89
Ativos intangíveis		166,66	166,66
Investimentos em curso		442 213,68	49 968,07
Investimentos financeiros		3 099,94	3 099,94
Subtotal		817 162,70	426 240,56
Ativo corrente			
Inventários		984,32	975,81
Clientes		974,50	697,50
Diferimentos		466,35	38 478,72
Caixa e depósitos bancários		422 203,76	340 405,93
Subtotal		424 628,93	380 557,96
Total do Ativo		1 241 791,63	806 798,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		42 012,21	42 012,21
Reservas		1 016,80	1 016,80
Resultados transitados		440 885,35	437 276,26
Outras variações nos fundos patrimoniais		546 530,17	231 534,77
Resultado Líquido do período		27 085,08	3 609,09
Total do fundo do capital		1 057 529,61	715 449,13
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		12 098,88	7 385,31
Estado e outros Entes Públicos		6 355,67	7 382,17
Financiamentos Obtidos		12 750,79	12 750,79
Outras contas a pagar		153 056,68	63 831,12
Subtotal		184 262,02	91 349,39
Total do passivo		184 262,02	91 349,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 241 791,63	806 798,52

Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		258 725,46	232 565,40
Subsídios, doações e legados à exploração		267 574,78	229 568,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(37 818,07)	(32 191,75)
Fornecimentos e serviços externos		(123 026,98)	(89 908,50)
Gastos com o pessoal		(331 018,25)	(333 784,65)
Outros rendimentos		2 185,21	4 832,38
Outros gastos		(2 013,89)	(449,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34 608,26	10 631,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(7 836,94)	(7 022,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26 771,32	3 609,09
Juros e rendimentos similares obtidos		313,76	
Resultados antes de impostos		27 085,08	3 609,09
Resultado líquido do período		27 085,08	3 609,09

5

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		42012,21		1016,80	437276,26			231534,77		669827,83		669827,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do exced de reval de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					-9305,88				3609,09			
RESULTADO EXTENSIVO									3609,09	0,00	0,00	3609,09
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019		42012,21	0,00	1016,80	437276,26	0,00	0,00	231534,77	3609,09	715449,13	0,00	715449,13
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transítidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		42012,21	0,00	1016,80	437276,26	0,00	0,00	231534,77		715449,13	0,00	715449,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedde revalor de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					3609,09				27085,08			
RESULTADO EXTENSIVO					3609,09				27085,08	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados								314995,40				
Outras operações												
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	314995,40	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020		42012,21	0,00	1016,80	440885,35	0,00	0,00	546530,17	27085,08	1057529,61	0,00	1057529,61

FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		258 448,46	243 227,40
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(158 145,37)	(122 549,52)
Pagamentos ao pessoal		(221 305,58)	(214 647,73)
Caixa gerada pelas operações		(121 002,49)	(93 969,85)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			118
Outros recebimentos/pagamentos		286 250,24	831,37
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		165 247,75	24 861,52
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(398 759,08)	(99 872,22)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			(496,21)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		314 995,40	
Juros e rendimentos similares		313,76	
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(83 449,92)	(100 368,43)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		81 797,83	(75 506,91)
Efeito das diferenças de câmbio			415
Caixa e seus equivalentes no início do período		340 405,93	912,84
Caixa e seus equivalentes no fim do período		422 203,76	340 405,93

Anexo**1. Identificação da Entidade**

A Fundação Centro Social Nossa Senhora do Paço é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados, com sede no Largo Conde Barbacena, 7350-431 Barbacena. Tem como atividade apoio social para pessoas idosas com alojamento, apoio social para pessoas idosas sem alojamento, atividades de cuidados para crianças sem alojamento e Educação Pré - Escolar.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “*Resultados Transitados*”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “*Fundos Patrimoniais*”.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos

11

de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “*Investimentos Financeiros*” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem

depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,79	-	-	-	-	498,79
Edifícios e outras construções	536 744,99	8 388,60	-	-	-	545 133,59
Equipamento básico	131 393,97	9 461,78	-	-	-	140 855,75
Equipamento de transporte	51 626,58	21 211,92	-	-	-	72 838,50
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	14 790,48	10 841,85	-	-	-	25 632,33
Outros Ativos fixos tangíveis	1 309,12	-	-	-	-	1 309,12
Total	736 363,93	49 904,15	-	-	-	786 268,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	498,79	-	-	-	-	498,79
Edifícios e outras construções	218 137,33	5 367,45	-	-	-	223 504,78
Equipamento básico	124 229,24	1 116,79	-	-	-	125 346,03
Equipamento de transporte	51 626,58	-	-	-	-	51 626,58
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	10 866,30	538,52	-	-	-	11 404,82
Outros Ativos fixos tangíveis	881,19	-	-	-	-	881,19
Total	406 239,43	7 022,76	-	-	-	413 262,19

373 005,89

	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2019
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados 2020

62

31 de Dezembro de 2020	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,79	-	-	-	-	498,79
Edifícios e outras construções	545 133,59			-	-	545 133,59
Equipamento básico	140 855,75	6 513,47		-	-	147 369,22
Equipamento de transporte	72 838,50			-	-	72 838,50
Equipamento biológico	-			-	-	-
Equipamento administrativo	25 632,33			-	-	25 632,33
Outros Ativos fixos tangíveis	1 309,12			-	-	1 309,12
Total	786 268,08	6 513,47	-	-	-	792 781,55
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	498,79	-	-	-	-	498,79
Edifícios e outras construções	223 504,78	5 367,45		-	-	228 872,23
Equipamento básico	125 346,03	1 930,97		-	-	127 277,00
Equipamento de transporte	51 626,58			-	-	51 626,58
Equipamento biológico	-			-	-	-
Equipamento administrativo	11 404,82	538,52		-	-	11 943,34
Outros Ativos fixos tangíveis	881,19			-	-	881,19
Total	413 262,19	7 836,94	-	-	-	421 099,13

371 682,42

	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2020
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2020
Mercadorias			-		-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	998,16	32 169,40	-	975,81	37 836,58	-	994,32
Produtos Acabados e intermédios		-	-		-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	998,16	32 169,40	-	975,81	37 836,58	-	994,32

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	32 191,75		37 818,07
Variações nos inventários da produção	-		-

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 984,32€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 0,00€.

7. Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	-	-
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias		
Promoções para	-	-
Rendimentos de	-	-
Mensalidades Utentes	258.725,46	232.565,40
Juros		
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	258.725,46	232.565,40

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo	267.574,78	229.568,24
Subsídio da Segurança Social Acordos	225.670,49	229.568,24
Autarquias	28.572,00	
IEFP	13332,29	-
...	-	-
Apoios do Governo		
	-	-
...	-	-
Total	267.574,78	229.568,24

Descrição	2020	2019
Subsídios de outras entidades		
Doações		-
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	0,00	0,00

9. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 28 e em 31/12/2019 foi de 28.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	268.485,32	273.891,11
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	55.000,26	56.877,77
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.477,32	3.015,77
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	55,35	
Total	331.018,25	333.784,65

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2020	2019
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Fundos de Compensação		
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	0,00	0,00

68

11.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	-	-
Utentes	974,50	697,50
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	974,50	697,50

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2020	2019
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

11.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
...	-	-
Outros Devedores		
Perdas por Imparidade	-	-
Total	0,00	0,00

11.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Fornecimentos e Serviços Externos	466,35	38.478,72
	-	-
...	-	-
Total	466,35	38.478,72
Rendimentos a reconhecer		
Juros a Receber	-	
Mensalidades de Utentes	-	
Subsídios à Exploração – Segurança Social	-	
Total	-	0,00

11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	648,13	1.088,23
Depósitos à ordem	281.555,63	53.538,28
Depósitos a prazo	140.000,00	285.779,42
Outros		
Total	422.203,76	340.405,93

11.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	42.012,21	-	-	42.012,21
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	1.016,80	-		1.016,80
Resultados transitados	437.276,26	3.609,09		440.885,35
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	231.534,77	314995,40	-	546.530,17
Total	711.840,04	318.604,49		1.030.444,53

11.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	12.098,88	7.385,31
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	12.098,88	7.385,31

GL

11.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	741,20	1.016,00
Segurança Social	5.614,47	6.366,17
Outros Impostos e Taxas		
Total	6.355,67	7.382,17

11.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-		-	
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-		-	
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	153.056,68	-	63.831,12
Outros credores	-		-	
	-	-	-	-
Total	-	153.056,68	-	63.831,12

11.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	72.225,40	39.026,94
Materiais	4.047,89	1.931,52
Energia e fluidos	29.050,54	32.937,37
Deslocações, estadas e transportes	155,07	609,41
Serviços diversos	17.548,08	15.403,26
Limpeza, higiene e conforto	13.488,87	11.195,79
Comunicação	1.738,34	2.163,29
Seguros	2.320,87	311,14
Total	123.026,98	89.908,50

11.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	1.108,99	3.896,33
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	1.076,22	936,05
Total	2.185,21	4.832,38

11.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	1.923,89	155,27
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	90,00	294,00
Total	2.013,89	449,27

11.13. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

11.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

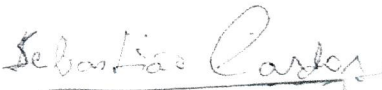
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2023.

Barbacena, 17 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração


FUNDAÇÃO CENTRO SOCIAL
NOSSA SENHORA DO PAÇO
NIF 500 745 510
Tel.: 268 662 174
Largo do Conde, 14
7350-431 BARBACENA

O Contabilista Certificado


120211980
21195

FUNDAÇÃO CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO PAÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		258.725,46	232.565,40
Subsídios, doações e legados à exploração		267.574,78	229.568,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(37.818,07)	(32.191,75)
Fornecimentos e serviços externos		(123.026,98)	(89.908,50)
Gastos com o pessoal		(331.018,25)	(333.784,65)
Outros rendimentos		2.185,21	4.832,38
Outros gastos		(2.013,89)	(449,27)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.608,26	10.631,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(7.836,94)	(7.022,76)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26.771,32	3.609,09
Juros e rendimentos similares obtidos		313,76	
Resultados antes de impostos		27.085,08	3.609,09
Resultado líquido do período		27.085,08	3.609,09

FUNDAÇÃO CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO PAÇO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		371.682,42	373.005,89
Ativos intangíveis		166,66	166,66
Investimentos em curso		442.213,68	49.968,07
Investimentos financeiros		3.099,94	3.099,94
Subtotal		817.162,70	426.240,56
Ativo corrente			
Inventários		984,32	975,81
Clientes		974,50	697,50
Diferimentos		466,35	38.478,72
Caixa e depósitos bancários		422.203,76	340.405,93
Subtotal		424.628,93	380.557,96
Total do Ativo		1.241.791,63	806.798,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		42.012,21	42.012,21
Reservas		1.016,80	1.016,80
Resultados transitados		440.885,35	437.276,26
Outras variações nos fundos patrimoniais		546.530,17	231.534,77
Resultado Líquido do período		27.085,08	3.609,09
Total do fundo do capital		1.057.529,61	715.449,13
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores		12.098,88	7.385,31
Estado e outros Entes Públicos		6.355,67	7.382,17
Financiamentos Obtidos		12.750,79	12.750,79
Outras contas a pagar		153.056,68	63.831,12
Subtotal		184.262,02	91.349,39
Total do passivo		184.262,02	91.349,39
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.241.791,63	806.798,52